

# O PODER NAVAL NAS TEORIAS REALISTAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS\*

*A riqueza geralmente é necessária para sustentar o poder militar, e o poder militar é geralmente necessário para adquirir e proteger a riqueza.*

Paul Kennedy

ANTONIO RUY DE ALMEIDA SILVA\*\*  
Contra-Almirante (Ref<sup>3</sup>)

LAYLA IBRAHIM ABDALLAH DAWOOD\*\*\*  
Professora

---

## SUMÁRIO

Introdução  
Poder Marítimo, Poder Naval e teoria das Relações Internacionais  
Poder Naval na teoria realista das Relações Internacionais e a  
ligação entre o poder militar e a riqueza  
Conclusão

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como propósito discutir o papel do poder naval em algumas das mais proeminentes teorias realistas

das Relações Internacionais (RI). Adicionalmente, procuramos examinar a ligação estabelecida por essas teorias entre o poder marítimo e o poder naval, destacando os fundamentos econômicos

---

\* Artigo publicado originalmente, em inglês, na *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, pp. 1-28, setembro/dezembro 2022, com modificações introduzidas para aprimorar o texto.

\*\* Doutor em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Pesquisador sênior do Núcleo de Estudos Estratégicos Avançados do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (Inest/UFF). Membro do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional da Universidade de São Paulo (Gacint-USP). Conselheiro do Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha. Ex-diretor da Escola de Guerra Naval e autor do livro *A Diplomacia de Defesa na Política Internacional*.

\*\*\* Doutora em Relações Internacionais pela PUC-Rio. Atualmente, é professora adjunta do Departamento de Relações Internacionais e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É bolsista no Programa Prociência na Uerj e jovem cientista pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

do poder militar<sup>1</sup>. É importante esclarecer que o Realismo está no nascimento do campo das Relações Internacionais, mas, desde o seu início, foram propostas diferentes abordagens realistas, de modo que o Realismo contemporâneo não pode ser considerado uma teoria monolítica, mas sim um programa de pesquisa que reúne teorias particularmente preocupadas com o poder nas relações entre os Estados.

Tendo em vista que os determinantes e a composição do poder estatal têm sido algumas das principais preocupações de diversas teorias realistas, neste artigo pretendemos discutir o lugar do poder marítimo e do poder naval em três vertentes destas teorias: Realismo de Ascensão e Queda, Realismo Estrutural Defensivo e Realismo Estrutural Ofensivo. A escolha dessas teorias foi determinada pela menção direta que elas fazem aos termos poder marítimo e/ou poder naval. Além disso, estas teorias são amplamente aceitas como centrais para a discussão do poder do Estado e da ascensão e queda das grandes potências nas relações internacionais. Por outro lado, a maioria dessas teorias dialoga estreitamente com obras seminais em estudos estratégicos e em história, respectivamente, de Alfred T. Mahan e de Paul Kennedy, que também tratam do poder marítimo/poder naval. Assim, embora não sejam propriamente teorias realistas, as concepções desses estudiosos sobre o poder marítimo serão aqui discutidas pela sua estreita ligação com o Realismo.

No que diz respeito ao Realismo de Ascensão e Queda, este artigo considerará as contribuições de Gilpin (2002) e Modelsky e Thompson (1988). Gilpin (2002) é especialmente relevante para

o estudo dos determinantes internos da ascensão das grandes potências, entre os quais se incluem a força militar, os fatores econômicos e a tecnologia. Por sua vez, Modelsky e Thompson (1988) argumentam que as potências globais são necessariamente potências navais. O Realismo Estrutural Defensivo é aqui representado pela obra de Barry Posen, que inclui o poder naval entre os fundamentos da hegemonia dos Estados Unidos da América – EUA (POSEN, 2003, p. 8). Em contraste, o Realismo Estrutural Ofensivo, de John Mearsheimer, minimiza a importância do que ele designa como “poder marítimo” ao analisar a capacidade de poder dos candidatos à hegemonia regional.

Neste contexto, este artigo pretende responder às seguintes questões: qual o papel do poder marítimo/poder naval nas teorias realistas das Relações Internacionais e, conseqüentemente, na política mundial? E qual é a ligação entre o poder econômico e o poder naval?

Argumentamos que a relevância relativa do poder naval no portfólio de capacidades das grandes potências não é consensual entre as teorias aqui analisadas, variando num vasto espectro: a consideração do poder naval como condição necessária e quase suficiente para um Estado ser considerado uma potência global; o reconhecimento do poder naval como historicamente importante para as duas últimas potências hegemônicas, mas não necessariamente presente em futuras manifestações de poder hegemônico; e o poder naval como um papel secundário, de apoio ao poder terrestre, sendo este último a condição necessária e quase suficiente para uma posição elevada no

---

1 O termo “poder marítimo” é a tradução escolhida para *seapower*, enquanto “poder naval” refere-se ao conceito de *naval power*.

*ranking* global de potências.<sup>2</sup> Além disso, sublinhamos a estreita relação entre poder econômico e naval na ascensão e queda das grandes potências, destacando o dilema entre priorizar objetivos de segurança de curto prazo e priorizar objetivos econômicos de longo prazo.

O artigo começa com uma análise sucinta dos trabalhos de Mahan (1987) e Kennedy (1982; 1998), que dialogam estreitamente com as teorias realistas aqui discutidas. Em seguida, são apresentadas as teorias propostas por Gilpin (2002), Modelski e Thompson (1988), Posen (2003) e Mearsheimer (2001), com foco no papel do poder marítimo/poder naval. Por último, contrastamos a relevância relativa dada por estas teorias ao poder naval e sublinhamos a ligação entre o desenvolvimento econômico e o tecnológico de um Estado e seu poder naval.

## PODER MARÍTIMO, PODER NAVAL E TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Esta seção começa por discutir brevemente as contribuições de Alfred Thayer Mahan e Paul Kennedy, cujas ideias sobre o poder naval e marítimo influenciaram as teorias realistas das RI. Em seguida, passa para a discussão específica do poder marítimo/poder naval

no Realismo Gilpiniano, na teoria dos Longos Ciclos de Liderança de Modelski e Thompson, no Realismo Estrutural Defensivo de Posen e no Realismo Estrutural Ofensivo de Mearsheimer.

### *Os conceitos de poder marítimo e domínio naval*<sup>3</sup>

O reconhecimento da importância do mar e do papel das Marinhas para a concretização dos objetivos políticos tem uma tradição histórica que remonta a milênios, estando o poder naval relacionado com “... a ascensão e queda das nações e a

evolução da civilização” (STEVENS; WESTCOTT, 1920, p. vi). No entanto, o livro *The Influence of Sea Power upon History: 1660-1783*, de Alfred Thayer

Mahan, publicado em 1890, é a obra que discute de forma abrangente o conceito de poder marítimo e a sua relação com a segurança e a prosperidade das nações.

Mahan considerava o mar como “uma grande estrada aberta a todos (...) um bem comum” e defendia a “profunda influência do comércio marítimo sobre a riqueza e o poder dos países e a importância da capacidade de um Estado para controlar o mar tanto na guerra como na paz” (MAHAN, 1987, pp. iii-26). Embora não tenha definido claramente o conceito de poder marítimo (CROWL, 1986; KENNEDY,

**O mar é uma grande  
estrada aberta, um bem  
comum**

2 Uma condição necessária é aqui considerada como uma variável independente X (potência naval) cuja presença é essencial para a realização de uma variável dependente Y (colocação da potência mundial na classificação global das potências). Ou seja, a ocorrência de Y é impossível sem a presença de X. Uma condição suficiente é aqui considerada como uma variável independente X (potência naval) cuja presença basta para a realização de Y (posição de potência mundial no *ranking* global de poderes) (MARCONI; LAKATOS, 2011, pp. 195-196).

3 Paul Kennedy utiliza o termo *naval mastery* para definir um poder naval superior a todos os demais. Ao traduzir o termo, escolhemos usar em português a expressão domínio naval.

1998), Mahan estabeleceu os principais elementos que afetaram o poder marítimo das nações. Quatro desses elementos estavam relacionados às condições materiais: posição geográfica, conformação física, extensão do território e tamanho da população; e dois elementos estavam relacionados às condições ideacionais: o caráter nacional e o caráter do governo.

Com base em um período da história britânica, Mahan considerou que o poder marítimo poderia ser adquirido por: produção agrícola e manufatureira, rotas de comunicações, transporte marítimo e regulamentos para o intercâmbio dessa produção, tratados com outros Estados relacionados ao comércio e a tarifas e possessão de colônias e bases. Segundo ele, esse sistema comercial deveria ser defendido por uma Marinha que controlasse o “grande comum”, ou seja, o mar.<sup>4</sup> Assim, a produção, a navegação, as colônias e bases e uma Marinha predominante foram, segundo Mahan, partes importantes do poder marítimo que contribuíram para a ascensão de grandes potências, como demonstrava o caso da Grã-Bretanha (MAHAN, 1987, pp. 28-29; 138). No entanto Mahan salientou o perigo de enfatizar demasiado a história do mar, destacando que o poder marítimo é apenas um fator que explica como a riqueza é acumulada e como as nações ascendem e caem. Sendo assim, outros fatores intimamente relacionados com a história do mar devem ser levados em conta para evitar exagerar ou subestimar a sua importância (MAHAN, 1987, p. 90).

As ideias de Mahan sobre o papel do poder marítimo na ascensão e queda da Grã-Bretanha como uma grande potência foram retomadas muitas décadas mais tarde por Paul Kennedy no seu livro *The*

*rise and fall of the British Naval Mastery*. Como o título sugere, ele queria compreender a história da supremacia naval britânica, sua estreita relação com a economia e a ascensão e queda da Grã-Bretanha como grande potência. (GIDDENS; MANN; WALLERSTEIN, 1989).

Segundo Kennedy, “Mahan é, e sempre será, o ponto de referência e de partida para qualquer trabalho sobre o poder marítimo” (KENNEDY, 1998, p. 9). Portanto, o autor inicia seu livro revisitando as ideias de Mahan sobre a natureza e os elementos do poder marítimo, concluindo que o conceito mudou com o tempo, tornando-se mais complexo, dificultando sua síntese em uma definição simples. Kennedy considera que o conceito de poder marítimo foi desenvolvido historicamente, refletindo mudanças políticas, econômicas e tecnológicas. No início, o conceito tinha um objetivo tático, ou seja, a capacidade de transportar tropas pelos oceanos. Por volta do século XVII, o conceito ganhou um grande objetivo estratégico, relacionado ao desenvolvimento do poder nacional nos domínios econômico, tecnológico e militar (KENNEDY, 1998, pp. 2-3).

Kennedy afirma que as ideias de Mahan sobre o poder marítimo tinham dois componentes: militar e econômico. O primeiro estava relacionado com o conceito de “comando do mar”, que não implica o controle total dos oceanos, mas a capacidade naval de evitar invasões vindas do mar e permitir a liberdade de navegação, a fim de cumprir tarefas específicas, incluindo a projeção do poder militar sobre a costa inimiga (KENNEDY, 1982, p. 2). O segundo estava relacionado com o controle do comércio marítimo, protegendo as linhas marítimas de comu-

4 Os termos “oceanos” e “mares” serão usados com o mesmo sentido neste trabalho.

nicações e negando o comércio marítimo ao inimigo. Embora um forte poder naval fosse considerado um símbolo importante do poder marítimo de um Estado, os elementos do poder marítimo estabelecidos por Mahan mostram que ele considerava o conceito muito mais amplo do que uma poderosa frota de combate (KENNEDY, 1989, pp. 4-7).

Kennedy argumenta que Mahan considerava, implicitamente, que o mar tinha mais influência nos assuntos mundiais do que a terra. Segundo ele, isso se deveu ao fato de que o período analisado por Mahan foi caracterizado pela especificidade histórica e geográfica, em que “as colônias, o comércio, a navegação e os conflitos no mar ocuparam um papel desproporcionalmente grande nos assuntos mundiais” (KENNEDY, 1989, p. 7). No entanto Kennedy considera que o poder terrestre tem sido historicamente mais influente nos assuntos mundiais, e isso pode ser visto pelos exemplos de impérios terrestres cuja força não dependia do poder marítimo. Segundo ele, até a Grã-Bretanha tornou-se uma potência mundial ao utilizar uma combinação equilibrada de poder marítimo e poder terrestre.

Kennedy conclui afirmando que é difícil, na prática, quantificar o poder marítimo de qualquer Estado, por isso ele prefere usar o conceito de domínio naval:

(...) uma situação em que um país desenvolveu de tal forma a sua força marítima, que é superior a qualquer potência rival, e que a sua predominância é ou poderia ser exercida muito fora das suas águas nacionais, com

o resultado de que é extremamente difícil para outros Estados menos poderosos realizar operações marítimas ou comerciais sem pelo menos o seu consentimento tático. Isso não implica necessariamente superioridade sobre todas as outras Marinhas combinadas, nem significa que este país não possa perder temporariamente o comando do mar; mas pressupõe a posse de um poder marítimo tal que as derrotas em pequena escala no exterior seriam em breve revertidas pelo envio de forças navais suficientes para erradicar o desafio do inimigo (KENNEDY, 1998, p. 9, tradução nossa).

O domínio naval está ligado à riqueza nacional, às bases para a frota, à Marinha mercante etc., que conferem ao Estado a supremacia marítima, permitindo a “influência a nível global e não a nível puramente regional” (KENNEDY, 1998, p. 9). Assim, segun-

### **Existe estreita relação entre a vitalidade econômica de um Estado e o seu poder marítimo**

do Kennedy, existe uma estreita relação entre a vitalidade econômica de um Estado e o seu poder marítimo, de modo que a principal lição que pode ser extraída da ascensão e queda dos Estados marítimos é que “o poder marítimo dominante reside (...) com o Estado que sustenta a prosperidade marítima com um crescimento econômico equilibrado” (J.J. CLARK *apud* KENNEDY, 1989, p. 8).

Depois de analisar a história do domínio naval da Grã-Bretanha, Kennedy termina seu livro revisitando os elementos do poder marítimo de Mahan para concluir que o poder naval sempre depende, principalmente, do desenvolvimento econômico e comercial, da tecnologia

avançada e do poder financeiro, embora a geografia e a mentalidade marítima sejam também importantes (KENNEDY, 1998, pp. 337-349). Assim, ele considera que a queda do domínio naval britânico esteve associada à decadência econômica e à extensão estratégica da Grã-Bretanha, devido “à posse de numerosas obrigações de defesa, sem a correspondente capacidade para as sustentar”. (KENNEDY, 1998, p. 348).

Kennedy retoma esta relação entre “economia e estratégia” em outro livro, *The rise and fall of great powers*, em que defende que a riqueza e os poderes econômico e militar são sempre relativos entre os Estados num sistema internacional anárquico e competitivo (KENNEDY, 1998, p. xxii; p. 536). Assim, ele afirma que a ascensão e a queda das grandes potências estão associadas aos diferentes crescimentos econômicos, ao desenvolvimento científico, à inovação e à organização da produtividade entre os Estados. Nessa dinâmica, a riqueza e o poder militar estão intimamente ligados: “a riqueza geralmente é necessária para sustentar o poder militar, e o poder militar é geralmente necessário para adquirir e proteger a riqueza” (KENNEDY, 1998, p. xvi). No final do seu livro, Kennedy concorda com o argumento de Gilpin, expresso no livro *War and change in world politics*, de que a ascensão e a queda das grandes potências estão associadas ao crescimento econômico e militar relativamente desigual entre os Estados, e que, nesta dinâmica, a posição internacional do Estado pode ser enfraquecida se uma grande proporção de sua renda total for investida em “proteção em vez de investimento produtivo” (KENNEDY, 1998, p. 539). Nesse sentido, exploramos a seguir os principais entendimentos de Gilpin sobre a ascensão e a queda das grandes potências.

### ***Realismo Gilpiniano: guerra hegemônica e poder marítimo***

Gilpin (2002) utiliza abordagens econômicas e sociológicas integradas para explicar as mudanças políticas internacionais, a guerra e a ascensão e o declínio das grandes potências. Segundo ele, o crescimento desigual do poder entre os Estados nos domínios político, econômico, tecnológico e militar faz com que um Estado revisionista “tente mudar o sistema internacional se os benefícios almejados excederem os custos esperados” (GILPIN, 2002, p. 10). A mudança pode ser incremental ou revolucionária: a primeira é mais comum e tem como propósito fazer pequenos ajustes no sistema internacional, recorrendo à barganha entre Estados, à diplomacia coercitiva e ao conflito armado com objetivos limitados; a segunda visa alterar a governança do sistema internacional. Esta ocorre quando a crise provocada pelo desequilíbrio no sistema internacional (isto é, a ascensão de novas potências e a queda dos Estados hegemônicos do *status quo*) não é resolvida pacificamente. Segundo Gilpin, a guerra hegemônica tem sido historicamente o principal mecanismo de mudança revolucionária (GILPIN, 2002, p. 15)

Gilpin (2002) considera que a potência hegemônica que surge após a guerra tenta estabelecer uma ordem econômica na qual “a maioria dos Estados se beneficia dela, mas as economias mais eficientes e tecnologicamente avançadas tendem a se beneficiar relativamente mais do que outros Estados” (GILPIN, 2002, p. 138). Na era moderna, a hegemonia, a eficiência e a força político-militar criaram uma economia de mercado mundial interdependente na qual os Estados poderiam ganhar mais por meio do comércio eficiente e da especialização do

que da conquista de territórios. Segundo Gilpin (2002), a eficiência econômica e o poder militar caminham juntos, e a supremacia naval britânica foi usada durante a Pax Britânica para criar uma economia de mercado mundial. Esta supremacia permitiu à Grã-Bretanha controlar os mares e preservar a hegemonia global, controlando áreas fora da Europa e explorando o comércio global em todo o mundo. A supremacia naval britânica só foi desafiada na Europa pelo ressurgimento das Marinhas francesa e, principalmente, alemã. Fora da Europa, este desafio veio com o crescimento das Marinhas dos Estados Unidos e do Japão. No século XX, os Estados Unidos substituíram a Grã-Bretanha na governança do sistema internacional e como nação líder da economia de mercado mundial, utilizando o poder militar para defender este mercado no período da Pax Americana, assegurando um “sistema internacional de relativa paz e segurança”, que atendia aos interesses norte-americanos (GILPIN, 2002, pp. 131-139).

O outro pressuposto da teoria de Gilpin, mencionado acima, é que há uma tendência de que os custos econômicos de manutenção do *status quo* favorável à potência hegemônica aumentem mais rapidamente do que a capacidade de o sustentar (GILPIN, 2002, p. 156). O custo do Estado para manter a posição predominante excede os benefícios. Alguns fatores internos e externos afetam o declínio do Estado dominante. Internamente, o declínio econômico é o mais importante. Alguns outros fatores contribuem para este declínio, tais como a taxa limitada de inovação e produtividade, os custos crescentes dos gastos militares e a implementação de políticas de bem-estar. Externamente, três fatores são importantes: a perda de liderança econômica

e tecnológica, os custos crescentes para manter a proteção do sistema e a posição política e militar superior relativamente à força dos Estados rivais emergentes (GILPIN, 2002, pp.156-185).

Gilpin (2002) argumenta que a redistribuição de poder devido ao diferencial de crescimento e desenvolvimento econômico entre os Estados provoca um desequilíbrio no sistema internacional, tornando possível o revisionismo. O poder hegemônico, a fim de manter a sua posição dominante, pode tentar restaurar o equilíbrio no sistema, aumentando os recursos, reduzindo os seus compromissos estratégicos ou acomodando as exigências do(s) Estado(s) desafiante(s). Se o equilíbrio não for resolvido de forma pacífica, uma guerra hegemônica mudará o sistema internacional, e o ciclo recomeçará (GILPIN, 2002, pp. 187-188).

Segundo Gilpin (2002), as ideias de ciclos de guerra e paz têm sido estudadas por diversos autores. No entanto ele considera que a teoria de George Modelsky é uma das mais interessantes porque defende que a política global pode ser representada por “longos ciclos de cem anos, inaugurados e concluídos por guerras globais. O início de cada ciclo inicia a era de uma nova potência dominante que proporciona ordem no sistema internacional” (GILPIN, 2002, pp. 204-205). O papel do poder marítimo na teoria dos longos ciclos será descrito no próximo item.

### ***Teoria dos longos ciclos de liderança***

A teoria dos longos ciclos de liderança (TLCL) analisa a ascensão e a queda das grandes potências, procurando identificar as causas e consequências deste processo, que é considerado cíclico e repetitivo. Cada ciclo hegemônico é marcado por regularidades e complexidades em evo-

lução, sendo a guerra global uma dessas regularidades (MODELSKI; THOMPSON, 1988, p. 15).

No mundo moderno, a TLCL afirma que as potências mundiais, isto é, os Estados que exercem a liderança mundial, têm sido “potências marítimas”, capazes de comandar os mares. Em especial, a TLCL argumenta que as mudanças na liderança mundial estão associadas a mudanças na distribuição do poder naval. As potências globais, Estados menos poderosos que as potências mundiais, mas que têm envolvimento significativo na política global e capacidade para fazê-lo, também têm sido potências marítimas (MODELSKI; THOMPSON, 1988).

Para que um Estado se qualifique como potência mundial, os autores afirmam que este “deve ser responsável por pelo menos 50% dos gastos mundiais com poder naval ou possuir 50% do total de navios de guerra das potências globais” (MODELSKI; THOMPSON, 1988, p. 44). Para se qualificar como uma potência global, um Estado deve igualar “5% do total das despesas navais das potências globais ou 10% do total dos navios de guerra das potências globais. Além disso, sua Marinha deve demonstrar capacidade de atuação oceânica, em oposição a atividades regionais mais circunscritas aos mares próximos ou à costa” (MODELSKI; THOMPSON, 1988, p. 44, tradução nossa).

A viabilidade do poder naval como indicador de poder estatal depende, em última análise, do caráter marítimo das batalhas decisivas nas guerras globais passadas. Para esses estudiosos, o poder naval é “considerado um meio superior às forças terrestres” (MODELSKI; THOMPSON, 1988, p. 13). A TLCL considera que um dos principais elementos para a liderança mundial é a concentração de capacidades globais de projeção de poder. Neste

contexto, o poder marítimo é o principal instrumento devido ao desenvolvimento tecnológico a ele associado e, principalmente, às características geográficas do mundo, em que os oceanos ligam as massas continentais. De acordo com Modelsky e Thompson (1988), a TLCL destaca de forma mais ampla as mesmas questões que Mahan procurou responder relacionadas ao poder marítimo e às condições de liderança mundial. No entanto os estudiosos consideram que é necessário quantificar o conceito de comando do mar de Mahan, de modo a compreender as mudanças de longo prazo na política mundial (MODELSKY; THOMPSON, 1988, pp. 14-15; 24; 97).

Segundo os autores, a centralidade do poder marítimo para a ordem mundial é justificada pelo que as Marinhas podem fazer. Durante as guerras globais, as Marinhas revelaram-se decisivas, agindo para: neutralizar e destruir as Marinhas dos oponentes (controle marítimo); preservar bases de ataque, bem como realizar ataques e invasões (projeção de poder); salvaguardar as linhas de comunicação e comércio amigas e interceptar as do adversário; e proteger ligações essenciais com aliados. Durante os tempos de paz, as Marinhas das potências mundiais “têm uma função crítica de proteger o *status quo* estabelecido pela guerra global anterior”, agindo para: negar a um desafiante a oportunidade de um ataque surpresa e uma vitória rápida, usando os seus mísseis e submarinos de ataque (dissuasão por negação); retaliar um ataque (para esse efeito, são essenciais forças de porta-aviões e submarinos portadores de mísseis); proteger as rotas comerciais; e limitar a mobilidade intercontinental das forças de mísseis do adversário e criar condições para o movimento das forças aliadas (MODELSKI; THOMPSON, 1988, pp. 11-13).

Em comparação com outras capacidades, a TLCL considera o poder marítimo superior às forças terrestres na política mundial, uma vez que:

confere maior mobilidade e, portanto, acesso a maior variedade de recursos e experiências; emprega tecnologia de nível superior, é mais caro e gera maior inovação; carrega maior conteúdo informacional, maior visibilidade e carga simbólica; opera em todo o mundo; (...) e ganha maior legitimação ao contribuir para a estabilidade do sistema de ordem mundial (MODELSKI; THOMPSON, 1988, p. 14, tradução nossa).

Finalmente, a TLCL afirma que, ao longo do período moderno, o poder marítimo esteve intimamente ligado à inovação. Segundo Thompson (2009), a liderança estrutural de um Estado está relacionada com as mudanças nas fontes de inovação tecnológica, sendo estas o principal impulso para o crescimento a longo prazo. A inovação também é uma base importante para o sucesso na guerra.

Em síntese, Modelski e Thompson (1998) consideram que “as potências mundiais partilham certas características comuns, tais como a posição insular ou semi-insular, o empreendimento comercial e/ou industrial, a capacidade de coligação e, mais importante, a organização para o alcance global manifestada mais efetivamente por meio do poder marítimo” (MODELSKY; THOMPSON, 1988, p.16). No entanto, os estudiosos alertam que o processo pelo qual uma guerra global inaugura e conclui os ciclos de mudanças no sistema internacional não é determinístico. Inovações políticas poderiam contribuir para evitar outra guerra global, e/ou o peso relativo do

poder marítimo poderia diminuir. Além disso, o espaço poderia tornar-se o ponto alto da política mundial (MODELSKY; THOMPSON, 1988, pp.16-17; 113; 146). O poder naval e o poder espacial são dois elementos do conceito de “comando dos comuns”, defendido por Barry Posen, como será explicado adiante.

### ***Barry Posen: hegemonia e comando dos comuns***

Barry Posen (2003) argumentou que a hegemonia dos Estados Unidos, após o fim da Guerra Fria, baseou-se no “comando dos comuns”, que ele definiu como “áreas que não pertencem a nenhum Estado e que fornecem acesso a grande parte do globo” (POSEN, 2003, p. 7). Mais especificamente, o estudioso referiu-se aos seguintes bens comuns globais: o mar, o espaço e o ar. Por sua vez, comandar os comuns significava que:

(...) os Estados Unidos têm mais capacidade de uso militar do mar, do espaço e do ar do que outros Estados, e que esse país pode negar a sua utilização a terceiros; e que os Estados desafiadores perderiam uma disputa militar pelos bens comuns se tentassem negá-los aos Estados Unidos. Tendo perdido tal disputa, esses Estados [desafiadores] não poderiam, por muito tempo, repetir o esforço, e os Estados Unidos preservariam, restaurariam e consolidariam seu domínio após a disputa (POSEN, 2003, p. 8, tradução nossa).

Posen reconhece que o conceito de comando dos comuns é inspirado no conceito de comando do mar de Mahan, e é análogo ao conceito de domínio naval de Paul Kennedy (POSEN, 2003, p. 8).

Neste sentido, apesar da indiscutível superioridade militar americana durante a década de 1990, Posen alerta que existiam “zonas contestadas”, onde possíveis adversários poderiam enfrentar as forças dos EUA com alguma esperança de sucesso. Em outras palavras, o comando dos comuns nem sempre foi uma garantia de vitória dos EUA em todos os momentos, nem significou uma presença persistente e exclusiva deste país. Em especial, outros Estados não foram impedidos de utilizar os bens comuns em tempos de paz, ou de desenvolver meios militares para lutar pela sua utilização. No entanto, o comando dos comuns significou que nenhum outro Estado foi capaz de negar o acesso dos EUA aos bens comuns globais.

A importância do comando dos comuns derivou do fato de ter permitido aos Estados Unidos explorar outras fontes de poder (incluindo o poder econômico), enfraquecer os seus adversários e fortalecer os aliados (estendendo a proteção americana a esses últimos) e travar a guerra num curto espaço de tempo.

No que diz respeito especificamente ao comando do mar, segundo Posen, “os Estados Unidos desfrutam do mesmo comando do mar que a Grã-Bretanha já teve, e podem movimentar forças grandes e pesadas ao redor do globo” (p. 9). Mas, para vantagem dos EUA, “as mudanças políticas, econômicas e tecnológicas, desde a década de 1980, reverteram parcialmente a ascensão do poder terrestre em relação ao poder marítimo, que ocorreu no final do século XIX e ajudou a erodir o império formal e informal da Grã-Bretanha” (POSEN, 2013, pp. 9-10).

Além disso, Posen (2003) afirma que o comando do mar significa que os EUA são fornecedores de um bem coletivo para os seus aliados:

O poder militar dos EUA apoia o comércio mundial, as viagens, as telecomunicações globais e a detecção remota comercial, que dependem da paz e da ordem nos bens comuns. As nações mais envolvidas nestas atividades, aquelas que mais lucram com a globalização, parecem compreender que se beneficiam da posição militar dos EUA – o que pode ajudar a explicar por que é que as potências importantes do mundo apoiaram relutantemente a hegemonia dos EUA (p. 46).

Em suma, o “poder marítimo” superior e o “comando do mar” constituíram um importante pilar da hegemonia dos EUA para Posen. Em contraste, discutiremos a seguir uma teoria realista que coloca maior ênfase no poder terrestre em detrimento do poder naval.

### *Realismo ofensivo e a controvérsia do “poder parador dos oceanos”*

O realismo ofensivo é caracterizado pela defesa da superioridade do poder terrestre e pela consideração das forças navais e aéreas, desempenhando um papel de apoio às forças terrestres. Nas próprias palavras de Mearsheimer:

(...) o poder de um Estado reside em grande parte no seu exército e nas forças aéreas e navais que apoiam essas forças terrestres. Simplificando, os Estados mais poderosos possuem os exércitos mais formidáveis. Portanto, medir o equilíbrio do poder terrestre por si só deveria fornecer um indicador aproximado, mas sólido, do poder relativo de grandes potências rivais (MEARSHEIMER, 2001, p. 83, tradução nossa).

Segundo Mearsheimer (2001), “os exércitos são de suma importância na guerra porque são o principal instrumento de conquista e controle de terras, que é o objetivo político supremo em um mundo de Estados territoriais. As forças navais e aéreas simplesmente não são adequadas para conquistar território” (MEARSHEIMER, 2001, p. 86, tradução nossa). Além disso, o autor afirma que os exércitos são as forças capazes de produzir vitórias decisivas: “o bloqueio realizado pelas Marinhas e os bombardeios estratégicos (...) não podem produzir vitórias rápidas e decisivas nas guerras entre grandes potências” (p. 87).

Sobre as limitações do poder naval, Mearsheimer argumenta que grandes massas de água/oceanos limitam a projeção de poder. O chamado “poder parador dos oceanos” indica que há limites no número de tropas e poder de fogo que uma Marinha pode transportar numa operação anfíbia, e é quase certo que as forças baseadas em terra inflijam uma derrota devastadora às forças que tentam invadir pelo mar.

Nesse sentido, a premissa de Mearsheimer sobre a superioridade do poder terrestre impacta nos requisitos para aquisição do *status* hegemônico. “Um Estado hegemônico é aquele tão poderoso que domina todos os outros Estados do sistema. Nenhum outro Estado tem os recursos militares para travar uma luta séria contra ele” (MEARSHEIMER, 2001, p. 40). Para se tornarem hegemônicos, os Estados têm de reunir poder suficiente para derrotar qualquer adversário ou coligação de adversários numa guerra sistêmica

ampla. Dado que as guerras sistêmicas são vencidas principalmente em terra, o poder terrestre é fundamental para a hegemonia. No entanto, segundo Mearsheimer, é impossível para um Estado alcançar a hegemonia global devido às dificuldades de projetar poder através dos oceanos, o que impede a dominação mundial. Portanto, “o melhor resultado que uma grande potência pode esperar é ser uma hegemonia regional e possivelmente controlar outra região próxima e acessível por terra” (p. 41, tradução nossa).

Segundo ele, o poder parador dos oceanos

torna impossível a qualquer grande potência conquistar e dominar regiões dela separadas pelos oceanos. As hegemônias regionais têm certamente um poderoso impacto militar, mas realizar ataques anfíbios através dos oceanos contra territórios controlados e

defendidos por outra grande potência seria um empreendimento suicida (MEARSHEIMER, 2001, p. 141, tradução nossa).

Portanto, a aposta pela hegemonia começa com a tentativa de dominar o poder terrestre. As forças aéreas e navais são adquiridas adicionalmente para apoiá-las. Assim, para se qualificar como um potencial Estado hegemônico regional, “um Estado deve ser consideravelmente mais rico do que seus rivais locais e deve possuir o exército mais poderoso da região” (MEARSHEIMER, 2001, p. 143).

Nesse sentido, afirmamos que há uma ideia implícita de estágios na teoria

**“Um Estado hegemônico  
é aquele tão poderoso que  
domina todos os outros  
Estados do sistema”**

*Mearsheimer*

de Mearsheimer: o foco inicial de um candidato à hegemonia regional estará na superioridade terrestre, pois precisa primeiro possuir o exército mais poderoso de sua região para conquistar ali a posição hegemônica. Só depois de alcançar a posição de hegemonia regional é que um Estado estará seguro para exercer influência sobre outra região por meio da utilização de uma estratégia de balanceamento *offshore*: intervenção em outras balanças regionais quando as potências regionais não conseguiram equilibrar uma hegemonia regional em potencial. Nesta segunda etapa, uma Marinha poderosa torna-se essencial. Quando atingida essa etapa, uma hegemonia regional estaria livre para investir grandes recursos no poder naval.

### **PODER NAVAL NA TEORIA REALISTA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A LIGAÇÃO ENTRE O PODER MILITAR E A RIQUEZA**

Depois de discutir as principais teorias realistas que tentaram dar sentido à importância do mar e do poder naval na política mundial, argumentamos, em primeiro lugar, que estas teorias empregam erroneamente os conceitos de poder marítimo e poder naval como se fossem sinônimos, como visto na síntese das suas ideias. Em contraste, corroboramos o argumento de que o conceito de poder marítimo é mais amplo, com várias dimensões, sendo o poder naval, apesar da sua importância, apenas uma delas. Contemporaneamente, autores especializados em estratégia naval têm contribuído para o refinamento deste conceito, confirmando que o poder marítimo é um conceito muito mais amplo do que o poder naval. Segundo Vego:

Com demasiada frequência, os termos poder naval e poder marítimo são usados indistintamente. Mas o poder naval, devidamente entendido, refere-se a uma fonte direta e indireta de poder militar no mar. Os principais componentes de uma potência naval são a Marinha, a guarda costeira e os fuzileiros navais/infantaria naval e seu estabelecimento em terra. O termo poder marítimo (cunhado em 1849) referia-se originalmente a uma nação com uma força naval formidável. Hoje, o significado deste termo é muito mais amplo; agora descreve todo o uso do mar por uma nação. Especificamente, uma potência marítima compreende aspectos políticos, diplomáticos, econômicos e militares da utilização do mar. O poder naval desempenhou um papel extremamente importante e muitas vezes vital na vida de muitas nações marítimas (VEGO, 2008, p. 8, tradução nossa).

Nesse sentido, Silva (2021, p. 255) argumenta:

O poder marítimo é a capacidade de um Estado utilizar o mar e influenciar o conjunto de atividades relacionadas com o mar nos campos político, econômico, social, ambiental e de segurança e defesa.

Nesse contexto, associar o poder marítimo ao uso do mar nas suas diversas dimensões é fundamental para o desenvolvimento do poder marítimo e, consequentemente, para o desenvolvimento nacional. No entanto definir o poder marítimo apenas pelo uso do mar seria desprezar outro importante vetor a ele associado: a capacidade dos Estados influenciarem os diversos campos do poder marítimo.

Essa tarefa de influenciar abrange dois ambientes: o doméstico e o global. O primeiro pode ser relacionado com dois elementos ideacionais do poder marítimo estabelecidos por Alfred T Mahan: os caracteres nacional e do governo relacionados com o mar (Mahan, 1987). Ele associa o caráter nacional ao impulso da natureza humana na busca do progresso e do ganho financeiro, com a consequente produção de riquezas e o crescimento do comércio marítimo. O segundo elemento, o caráter do governo, está relacionado às ações que promovam os interesses nacionais e incentivem as atividades relacionadas com o mar, desenvolvendo o comércio marítimo e os meios para protegê-lo. Nesse sentido, influenciar significa não apenas contribuir para desenvolver uma mentalidade marítima na sociedade, mas, também, agir no sentido de influenciar as leis e as políticas públicas relacionadas com o mar.

Em relação ao âmbito global, o Estado deve buscar influenciar os temas relacionados aos oceanos nas relações bilaterais e nos mecanismos multilaterais. Portanto, além do âmbito doméstico, a cena internacional tem demonstrado a importância de os Estados buscarem influenciar os acordos bilaterais ou multilaterais, as negociações no âmbito dos diversas órgãos das Nações Unidas, inclusive a Organização Marítima Internacional, que podem afetar os interesses econômicos marítimos dos países.

O poder marítimo, portanto, é um conceito amplo relacionado com o uso do mar e com a capacidade de influenciar os diversos âmbitos associados aos oceanos. Já o poder naval é o componente do poder marítimo relacionado com a segurança e a defesa de um Estado no mar.

Refletindo sobre a sua escolha terminológica, Modelski e Thompson (1988) argumentam que, uma vez que o sistema

mundial moderno é um sistema oceânico, poderiam ter utilizado o conceito de poder oceânico, que está relacionado com uso e controle dos oceanos. No entanto preferiram usar “poder marítimo” porque afirmam que já era um termo estabelecido. Os autores explicam que “a definição clássica de poder marítimo significa (o) uso e controle do mar (...) ou a negação dele a um oponente” (MODELSKI; THOMPSON, 1988, pp. 3-4). Segundo os autores, o conceito de poder marítimo refere-se às forças navais do Estado e à sua participação na política mundial. Assim, fica claro que eles empregam os conceitos de poder marítimo e poder naval como se fossem sinônimos, mas sua teoria realmente se refere ao poder naval.

A mesma ambiguidade é encontrada no trabalho de Gilpin (2002). Em diversas ocasiões, ele utiliza o termo poder marítimo para falar do poder naval: “(...) o maior império que já existiu, o britânico, baseava-se no controle dos mares. Essas vantagens do poder marítimo em relação ao poder terrestre prevaleceram até a inovação da ferrovia” (GILPIN, 2002, p. 58). Na mesma linha, Posen (2003) também utiliza o termo poder marítimo para se referir ao comando do mar, estabelecido pelas forças navais. Mearsheimer (2001) faz a mesma confusão terminológica. Ele afirma que Mahan estava errado quando “proclamou a suprema importância do poder marítimo independente” (MEARSHEIMER, 2001, p. 84). À medida que ele desenvolve o seu argumento, fica evidente que Mearsheimer (2001) emprega o termo poder marítimo como sinônimo de poder naval: “nem o poder naval independente nem o poder aéreo estratégico tem muita utilidade para vencer grandes guerras” e descreve os “limites do poder naval independente” (MEARSHEIMER, 2001, pp. 86-87).

Considerando, portanto, que os autores mencionados tratam nas suas teorias do componente militar do poder marítimo (isto é, do poder naval), faz-se necessário dar respostas à primeira questão levantada neste artigo sobre o papel do poder naval na política mundial.<sup>5</sup> Gilpin (2002) defende que o poder naval é importante no exercício do poder militar eficaz e da influência política a grandes distâncias. Afirma que o controle ou governança do sistema internacional depende de um conjunto de direitos ou regras e do poder econômico e militar, sendo o poder militar um elemento importante na distribuição do poder e o elemento mais importante na hierarquia de prestígio. O poder militar e a influência política do Estado ganham mais amplitude e alcance à medida que as inovações nos transportes e nas comunicações permitem a ação em grandes áreas e a longas distâncias. Em particular, o poder naval é uma ferramenta importante utilizada pelas potências hegemônicas recentes para proporcionar a livre circulação de mercadorias através de linhas marítimas de comunicações.

Modelski e Thompson afirmam que as Marinhas são decisivas nas guerras globais porque “as guerras globais têm sido guerras navais no sentido mais geral, porque as guerras globais são disputas pela liderança mundial, e a liderança mundial requer poder naval” (MODELSKI; THOMPSON, 1988, p. 19). Segundo eles, na Segunda Guerra Mundial, o poder naval gerou em todos os teatros as condições que permitiram ao poder terrestre derrotar a força terrestre adversária e conquistar o território. Embora considerem que as forças terrestres

foram de “extrema importância” em todas as guerras globais, eles afirmam que estas guerras “têm sido guerras de contenção”, nas quais uma coligação de Estados usou o poder naval para conter um “poder situado centralmente”. Além disso, o poder naval é fundamental para a capacidade de alcance global, essencial para a liderança mundial das grandes potências na guerra e na paz, embora outras forças militares contribuam para este objetivo. O poder naval representa um “meio de interação de ordem superior na política mundial”, quando comparado às forças terrestres, porque “é um meio apropriado a um sistema político de maior grau de complexidade e abrangência”. Desta forma, as mudanças na liderança mundial estão associadas às mudanças na distribuição do poder naval (MODELSKI; THOMPSON, 1988, pp. 11-13, 17).

A importância do poder naval para a política das grandes potências também é enfatizada por Posen (2003). Embora considere que em zonas contestadas os EUA poderiam enfrentar mais dificuldades no combate, ele defende que o comando dos comuns é um dos pilares da hegemonia norte-americana. Para ele, o comando do mar permite aos EUA ter acesso a grande parte do globo e transportar tropas grandes e pesadamente armadas em todo o mundo, incluindo a utilização das facilidades de acesso fornecidas pelos países aliados. Além disso, o comando dos mares facilita aos EUA a manutenção de forças destacadas para atuar em crises ou guerras.

Mearsheimer (2001), no entanto, considera que o poder naval tem um papel limitado na política mundial. Para ele, o poder terrestre é a forma mais importante

<sup>5</sup> Apontada a questão da ambiguidade do uso do termo pelos autores analisados, para efeito de clareza e simplificação, passamos a usar o termo poder naval quando eles se referem às forças navais e seu sistema de apoio.

de poder militar. Ele afirma que, num conflito entre potências globais, o “poder parador dos oceanos” limita o número de tropas e o poder de fogo que uma Marinha pode transportar numa operação anfíbia contra a costa de um Estado que possui forças terrestres poderosas. Assim, ele afirma que o principal problema que uma hegemonia regional enfrenta para se tornar uma hegemonia global é a dificuldade de projetar poder militar através dos oceanos contra um território bem defendido de uma grande potência rival localizada noutra região. Porém ele admite que uma Marinha de grande potência tem um papel importante para evitar o surgimento de uma hegemonia regional quando esta grande potência está agindo como um equilíbrio *offshore* (MEARSHEIMER, 2001, p. 41).

Apesar de empregarem terminologias diferentes e atribuírem importância relativa distinta para outros aspectos do poder militar, Gilpin, Modelski e Thompson, Posen e Mearsheimer consideram que as grandes potências são definidas pela sua capacidade de projetar poder e exercer influência militar para além da região original de um Estado. Certamente, esta influência é possível graças à posse de capacidades navais superiores. Esta supremacia naval tem, definitivamente, um papel importante na ascensão e queda das grandes potências.

No entanto, entendemos que a posição de Mearsheimer (2001) sobre a superioridade do poder terrestre é resultado direto de sua concepção de hegemonia. Para ele, a hegemonia parece implicar a capacidade de ocupar ou conquistar território. Ocupar território numa região estrangeira é de fato um enorme desafio. No entanto, se o significado de hegemonia global for ressignificado para se referir à capacidade de exercer grande influência militar sobre

regiões distantes (sem necessariamente ocupar território), a superioridade do poder terrestre é desafiada. Este movimento é justificado pela diminuição do papel da ocupação territorial no século XXI. No sistema contemporâneo, o poder naval é extremamente útil tanto para estratégias de dissuasão como para estratégias coercitivas e outras atividades que não sejam de ocupação territorial.

No entanto argumentamos que nem o poder terrestre nem o poder naval são intrinsecamente superiores. A combinação de recursos de poder escolhida por uma potência regional ou global em ascensão dependerá dos seus objetivos geopolíticos. Como afirmou Clausewitz, e Mearsheimer reconheceu, a guerra é um instrumento de política estatal, e “as nações vão à guerra por razões políticas” (MEARSHEIMER, 1983, p. 21). Na linha de Clausewitz, defendemos que “a guerra é um ato de força para obrigar o inimigo à nossa vontade” (CLAUSEWITZ, 1940, p. 75); e o propósito de qualquer guerra é alcançar algum grau de controle sobre o oponente, por meio da construção e execução de uma estratégia que combine todos os elementos do poder militar (WYLIE, 1987, GRAY, 1999). Assim, em vez de necessariamente construir o “exército mais poderoso”, como defende Mearsheimer (2001), cada Estado deve perseguir uma combinação de poder militar que lhe permita conquistar os seus objetivos políticos na guerra. Isto significa que, dependendo desses objetivos e dos desafios geográficos que um Estado enfrenta na luta pela hegemonia, poderá ser dada prioridade ao poder naval antes da obtenção da superioridade das forças terrestres.

Por fim, importa desenvolver a relação entre o poder naval e a riqueza nacional. Conforme discutido acima, os autores

analisados geralmente utilizam o poder marítimo e o poder naval sem distinção. No entanto esta distinção é muito importante quando estes conceitos estão relacionados com a economia. Gilpin (2002) considera que o crescimento econômico tem um papel primordial subjacente às mudanças políticas internacionais e que existe uma estreita relação entre a economia e o poder militar. A eficiência econômica e o poder militar são, portanto, interdependentes.

De acordo com Gilpin (2002), algumas das forças mais significativas que causam mudanças políticas internacionais a longo prazo são o crescimento econômico e as mudanças populacionais, embora as mudanças tecnológicas e militares possam frequentemente ser o mecanismo desencadeador. As inovações nos transportes e nas comunicações têm um grande impacto no uso do poder militar, “aumentando enormemente a distância e a área sobre as quais um Estado pode exercer poder militar efetivo e influência política” (GILPIN, 2002, p. 57). Por exemplo, a criação do navio a vapor teve um efeito revolucionário no comércio e no poder militar. A consequente vantagem do poder naval sobre o poder terrestre foi exercida até que a inovação da ferrovia permitiu o nascimento de potências continentais como os Estados Unidos e a Rússia. Embora os Estados mais ricos tendam a ser militarmente poderosos, as inovações militares podem enfraquecer ou reforçar a relação entre a riqueza de um Estado e o seu poder militar, reduzindo ou aumentando os custos do Estado

**As inovações nos transportes e nas comunicações têm grande impacto no uso do poder militar**

necessários à sua segurança. No primeiro caso, favorecem Estados maiores e mais ricos. Todavia, os custos crescentes das forças militares podem limitar a expansão política e a mudança no sistema internacional (GILPIN, 2002, pp. 65-66).

Gilpin (2002) também afirma que uma nova hegemonia tenta estabelecer uma ordem econômica global que possa beneficiar um grande número de Estados, embora os mais eficientes e tecnologicamente avançados sejam mais bem contemplados. Esta ordem econômica é apoiada pela supremacia naval da hegemonia. Este foi o caso da Grã-Bretanha no passado e é o dos Estados Unidos hoje. A supremacia naval foi importante para a Grã-Bretanha e os Estados Unidos desenvolverem e defenderem a economia de mercado mundial. Gilpin defende também que o poder militar pode contribuir para a competitividade econômica internacional do Estado quando a inovação

militar diminui os custos de proteção do sistema. Mas admite que os custos crescentes para manter a posição militar superior e a proteção do sistema contribuem para o declínio da hegemonia.

Modelski e Thompson (1988) consideram que os fatores econômicos, sociais e culturais são elementos importantes que atuam em conjunto com o poder naval no sistema global e que só existem devido à capacidade de alcance global. As grandes potências que exerceram liderança mundial também foram grandes potências comerciais e/ou industriais. Além disso, o poder naval tem estado diretamente relacionado com inovações,

especialmente durante os períodos entre conflitos globais, que transformaram o mundo num moderno sistema oceânico interligado. Essas inovações contribuem para o sucesso econômico do país que permite ao Estado ingressar no clube das grandes potências (MODELSKY; THOMPSON, 1988, p. 16).

Posen (2003) também concorda que existe uma ligação estreita entre recursos econômicos superiores, tecnologia e capacidade industrial e poder militar. A hegemonia precisa manter a superioridade nestes domínios quando comparada com potenciais adversários. Esta superioridade permite o comando do mar. Os meios navais modernos, como submarinos nucleares ou porta-aviões, por exemplo, são muito caros, e poucos países conseguem desenvolvê-los. Assim, o domínio do mar está diretamente associado à vantagem econômica, tecnológica e industrial dos EUA em relação a outros países (POSEN, 2003).

Mearsheimer (2001) afirma que a segurança é o objetivo mais importante das grandes potências, e, quando entra em conflito com a economia, o primeiro será priorizado. No entanto ele também defende a ligação entre o desenvolvimento econômico dos Estados e o poder militar. Segundo Mearsheimer, prosperidade econômica significa riqueza, que é a base para construir e manter forças militares tecnologicamente modernizadas (MEARSHEIMER, 2001, pp. 46-61). Este autor argumenta que o conceito de riqueza está associado ao poder latente, ou seja, aos recursos socioeconômicos do Estado, ao desenvolvimento tecnológico e às indústrias avançadas à disposição do Estado, na construção e apoio às suas forças militares. Porém considera que, por vezes, os Estados ricos não constroem forças militares adicionais devido à

diminuição dos retornos em vantagens estratégicas, ou quando os gastos com defesa prejudicarão a economia do Estado, ou porque, às vezes, aliados ricos ajudam uma grande potência na competição de segurança com um rival (MEARSHEIMER, 2001, pp. 76-79).

Por fim, a prioridade dada por Mearsheimer (2001) ao poder militar em detrimento do poder econômico está relacionada com pressupostos sobre a iminência de conflitos. A teoria de Mearsheimer enfatiza o pior cenário – em que as grandes potências têm sempre que estar preparadas para a guerra – devido a três razões principais: a competição política é mais perigosa do que as disputas econômicas e a existência de um Estado pode ser desafiada em caso de derrota na guerra; a possibilidade de conflito sempre existe se houver capacidade material; e um Estado racional deveria sempre preferir a preparação militar como medida para prevenir conflitos ou para vencer uma guerra. Assim, a teoria realista ofensiva de Mearsheimer assume que a segurança militar a curto prazo deve ser priorizada em detrimento do desenvolvimento econômico a longo prazo, quando os dois entram em conflito (BROOKS, 1997, p. 458).

Por outro lado, a teoria de Gilpin assume uma posição mais flexível, considerando que as ameaças à segurança devem ser ponderadas por uma análise de probabilidade de conflito, em detrimento de sempre maximizar a segurança. Isto permite ao Estado “fazer compromissos entre objetivos militares de curto prazo e objetivos econômicos de longo prazo” (BROOKS, 1997, p. 458).

A tabela a seguir resume as principais ideias das teorias realistas aqui discutidas sobre o papel do mar e do poder naval e a conexão entre o poder naval e a riqueza.

Teoria	Principal autor	Principal determinante da posição de um Estado no <i>ranking</i> de poder mundial	Papel do poder naval	Conexão entre poder militar e econômico
Transição de poder	Gilpin	O crescimento econômico, tecnológico e militar desigual e a vitória na última guerra hegemônica.	Importante para salvaguardar a economia de mercado mundial, manter a ordem mundial, exercer diplomacia coercitiva e conduzir guerras limitadas.	A eficiência econômica e o poder militar são interdependentes.
Longos Ciclos de Liderança	Modelski & Thompson	O poder naval/ Alcance Global. Vitória na última guerra hegemônica.	Meio superior para vencer guerras globais e manter a ordem mundial.	É conferida centralidade às inovações que se difundem em empreendimentos econômicos e navais.
Realismo Estrutural Defensivo	Posen	O Comando dos Comuns	Poder naval é importante em conjunto com o poder espacial e aéreo.	Estreita relação entre recursos econômicos superiores, tecnologia, capacidade industrial e poder militar.
Realismo Estrutural Ofensivo	Mearsheimer	O poder militar, com primordial ênfase no poder terrestre.	Poder naval tem papel de apoio do poder terrestre, sendo importante para o balanceamento <i>offshore</i> .	A riqueza é vista como poder latente e pode ser traduzida em poder militar concreto.

## CONCLUSÃO

Este artigo buscou apresentar um panorama abrangente das teorias realistas das Relações Internacionais, a fim de lançar luz sobre o papel do mar e do poder naval na política mundial. Argumentou-se que estudiosos proeminentes do Realismo de Ascensão e Queda (que engloba a teoria de transição de poder e a teoria dos longos ciclos de liderança), do Realismo Estru-

tural Defensivo e do Realismo Estrutural Ofensivo empregam erroneamente poder marítimo e poder naval como sinônimos. Neste sentido, esclarecemos que o poder naval diz respeito à componente de segurança e defesa do poder marítimo, ou seja, às capacidades militares navais. Portanto, embora empreguem termos diversos para designar essas capacidades, as teorias aqui discutidas enfatizam especificamente o papel do poder naval na política mundial.

Os autores cujas obras foram aqui discutidas tendem a concordar sobre a importância geral do poder naval para as grandes potências, uma vez que as capacidades navais contribuem para a projeção global de poder. Contudo, este artigo descreve a controvérsia em torno da prioridade relativa dada ao poder naval pelos diferentes autores. A análise mostra que o papel do poder naval na política mundial poderia ser representado num espectro em que o poder naval é visto como um meio superior por Modelski e Thompson (1988), importante por Gilpin (2002) e Posen (2003) e de apoio ao poder terrestre por Mearsheimer.

Apesar de reconhecerem que esta situação poderá mudar no futuro, Modelsky e Thompson (1988) consideram que todas as potências mundiais têm, até agora, demonstrado capacidades navais superiores. Isto coloca o poder naval como uma condição histórica necessária e quase suficiente para a consolidação do poder mundial. O poder naval é necessário no sentido de que sem ele um Estado não pode ser considerado uma potência mundial. É quase suficiente, uma vez que tem um papel central na composição do poder militar, de modo que outras fontes de poder são consideradas secundárias por Thompson e Modelsky (1988). O caráter indutivo desta teoria leva a apostar na continuação da relevância do poder naval para futuras hegemonias.

Por sua vez, Gilpin (2002) reconhece a importância do poder naval para as duas últimas hegemonias mundiais (Grã-Bretanha e EUA), mas coloca maior ênfase na compreensão de que a composição do poder das hegemonias não é historicamente determinada, de modo que os poderes militares, econômico e as mudanças políticas e tecnológicas podem transformar a importância relativa das

diferentes manifestações de poder. Na mesma linha, Posen (2003) atribui igual importância ao comando de todos os bens comuns globais: o mar, o ar e o espaço, implicando que o poder naval é necessário, mas está longe de ser suficiente para determinar o lugar das grandes potências no *ranking* de potência mundial.

Em contraste, Mearsheimer (2002) reconhece o papel do poder naval em tornar possíveis estratégias de balanceamento *offshore* para uma hegemonia regional. Entretanto, é o poder terrestre que é considerado por ele necessário e quase suficiente na busca da hegemonia regional, devido ao seu alegado papel na vitória de guerras e na ocupação de territórios.

Apesar das diferentes visões acima analisadas, como mostrado no desenvolvimento deste trabalho, nós argumentamos que nem o poder terrestre nem o poder naval são intrinsecamente superiores. A combinação de recursos de poder, escolhida por uma potência regional ou global em ascensão, dependerá dos objetivos geopolíticos que pretende alcançar.

Finalmente, este artigo mostrou que todas as variantes do Realismo aqui discutidas sublinham a importância da riqueza para tornar possível o poder militar. Modelsky e Thompson (1988), Gilpin (2002) e Posen (2003) colocam grande ênfase no papel do poder naval na segurança das linhas marítimas de comunicação, que apoiam o livre comércio. Em particular, segundo Gilpin (2002), a supremacia naval foi utilizada pela Grã-Bretanha para ajudar na criação de uma economia de mercado mundial, sendo substituída pelos EUA no século XX. Neste sentido, não só a riqueza é necessária para sustentar o poder naval, mas este também contribui para a obtenção da riqueza. Finalmente, Gilpin alerta para o dilema entre priorizar compromissos de

segurança de curto prazo ou a prosperidade econômica e tecnológica de longo prazo que permita o desenvolvimento futuro de um poder militar estruturado em bases sólidas. Estados que não vislumbrem possibilidades de conflito no curto prazo podem usar esse período, no qual existe uma janela de segurança,

para avançar sua economia e seu desenvolvimento tecnológico que possibilitem no médio e longo prazo a construção de um país mais rico e desenvolvido, com uma forte indústria de defesa capaz de sustentar um poder militar de alto nível que contribua para incrementar a posição do país no cenário internacional.

#### 📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<PODER MARÍTIMO>; Diplomacia; Importância Estratégica; Mentalidade Marítima; Poder Marítimo; Poder Naval; Uso do Mar;

### BIBLIOGRAFIA

- BROOKS, Stephen; WOHLFORTH, William. “The Rise and Fall of the Great Powers in the Twenty-First Century. China’s Rise and the Fate of America’s Global Position”. *International Security*, v. 40, n. 3, 2016, pp. 7-53.
- BROOKS, Stephen. “Dueling Realism”. *International Organization*, v. 51, n. 3, 1997, pp. 445-477.
- CROWL, Philip. A. 1986. “Alfred Mahan: the naval historian”. In: PARET, P. (Ed.) *Makers of Modern Strategy*. Nova Jersey: Princeton University Press.
- CLAUSEWITZ, Carl. *On War*. London: Kegan Paul, French Trubner, 1949.
- ELMAN, Colin. “Realism”. In: WILLIAMS, Paul (Ed.). *Security studies: an introduction*. New York: Routledge, 2007. pp. 15-28.
- GIDDENS, Anthony, MANN, Michael; WALLERSTEIN, Immanuel. “Comments on Paul Kennedy’s The Rise and Fall of the Great Powers”. *The British Journal of Sociology*, v. 40, n. 2, 1989, pp. 328-340.
- GRAY, Colin S. *Modern Strategy*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- GILPIN, Robert. *War & Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- KAHLER, Miles. “Inventing international relations: international relations theory after 1945”. In: DOYLE, Michael S.; IKENBERRY, G. John (Ed.). *New thinking in international relations theory*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1997, pp. 20-53.
- KENNEDY, Paul M. *The Rise and Fall of British Naval Mastery*. Amherst, New York: Humanity Books, 1998.
- KENNEDY, Paul M. *The Rise and Fall of Great Powers – Economic Changes and Military Conflict from 1500 to 2000*. London: Hyman, 1988.
- LIM, Yves-Heng. *China’s naval power. An offensive realist approach*. Ashgate: Burlington, 2014.
- MAHAN, Alfred.T. *The influence of the Sea Power upon history*. New York: Dover Publications, 1987.
- MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva M. *Metodologia Científica*. São Paulo: Editora Atlas, 2011.
- MEARSHEIMER, John. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: Norton E. Company, 2001.

- MODELSKI, George.; THOMPSON, William R. *Sea power in global politics, 1494-1993*. Seattle: University of Washington Press, 1988.
- POSEN, Barry. “Command of the Commons. The Military Foundation of U.S. Hegemony”. *International Security*, v. 28, n. 1, pp. 5-46, 2003.
- ROSE, Gideon. “Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy”. Review Article. *World Politics*, v. 51, n. 1, 1998, pp. 144-172.
- SILVA, Antonio Ruy de Almeida. “Reflexos da Geopolítica Global no Atlântico Sul”. In: VAZ, Alcides Costa (Org.). *O Brasil e os desafios à estabilidade no Entorno Estratégico Brasileiro. Disputa Hegemônica Conflitos e Violência*. Brasília: Editora Trampolim Acadêmico, 2021, pp. 250-301.
- STEVENS, William O.; WESCOTT, Allan. *História do poderio marítimo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- THOMPSON, William. “Structural preludes to systemic transition since 1494”. In: THOMPSON, William (Ed.). *Systemic transitions*. Past, present, and future. New York: Palgrave Macmillan, 2009, pp. 55-73.
- VEGO, Milan. *On Naval Power*. *Joint Forces Quarterly*, v. 50, n. 3, 2008, pp. 8-17. Available at: <https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a517358.pdf>. Retrieved at: 28, Jan. 2020.
- WYLIE, Joseph C. *Military Strategy: A General Theory of Power Control*. Annapolis, Maryland: Naval Institute Press, 1987.